



**Reforma
Tributária
Solidária**

A Reforma Tributária Necessária

Justiça Fiscal é Possível:

Subsídios para o Debate Democrático sobre o Novo Desenho da Tributação Brasileira

Eduardo Fagnani (IE/UNICAMP)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Câmara dos Deputados

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

5 de dezembro de 2018

INICIATIVA

Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)
Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)

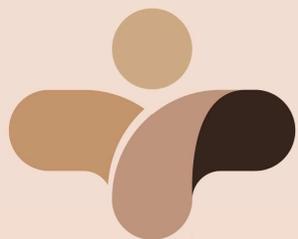
APOIO

Associação Brasileira de Economia da Saúde (Abres)
Conselho Federal de Economia (Cofecon)
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)
Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil (FES)
Fundação ANFIP de Estudos Tributários e da Seguridade Social
Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
Instituto Justiça Fiscal (IJF)
Oxfam Brasil

GESTÃO TÉCNICA

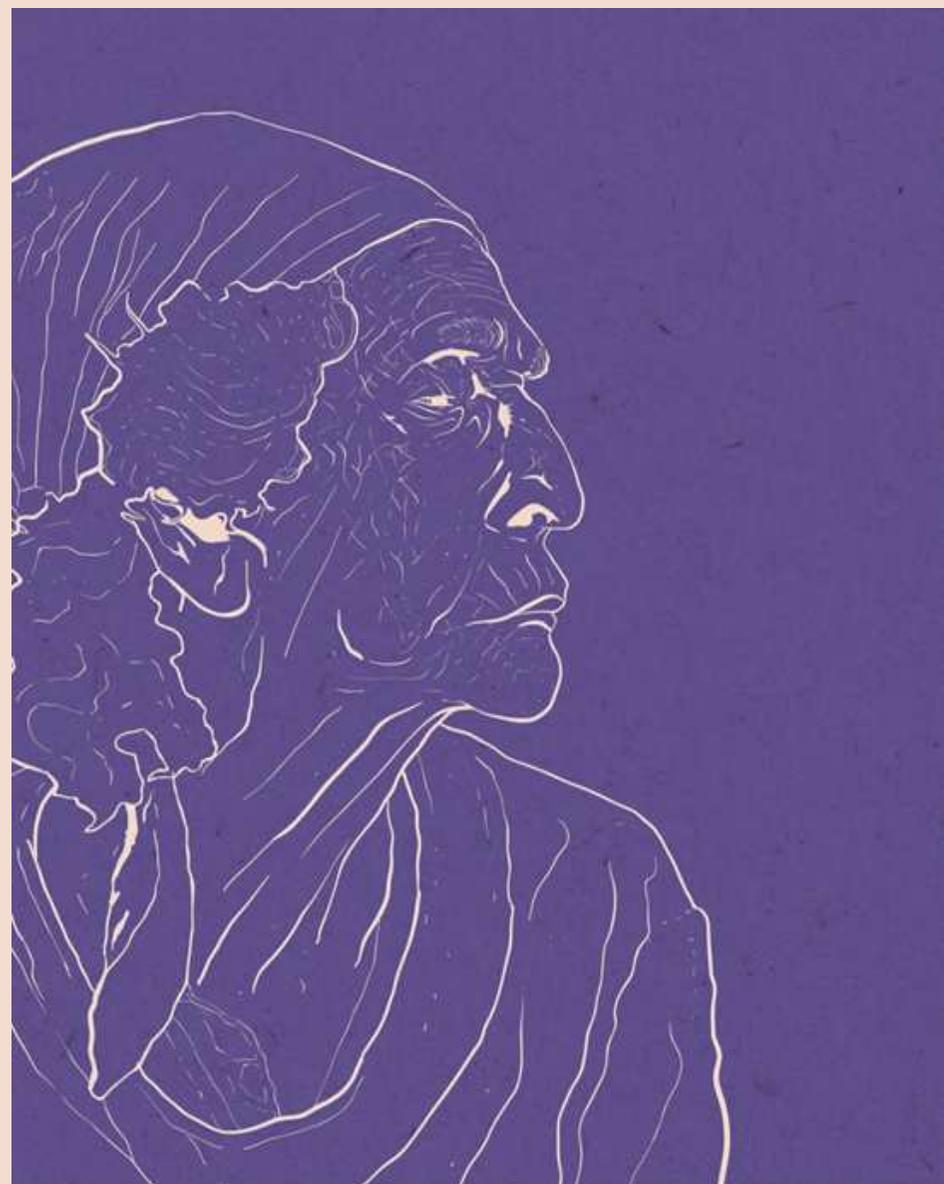
Plataforma Política Social

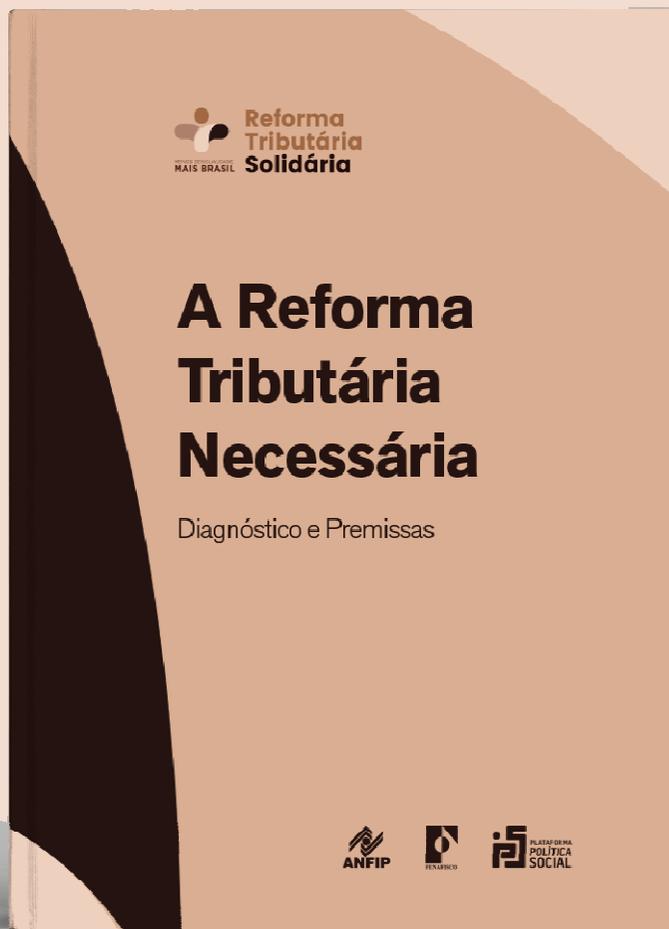




MENOS DESIGUALDADE,
MAIS BRASIL

Iniciado em meados de 2017
**Reúne mais de quarenta
especialistas**





39 artigos

42 especialistas

804 páginas

A Reforma Tributária Necessária

Justiça fiscal é possível: subsídios
para o debate democrático sobre
o novo desenho da tributação brasileira

Documento-síntese

Documento-síntese
(outubro de 2018)

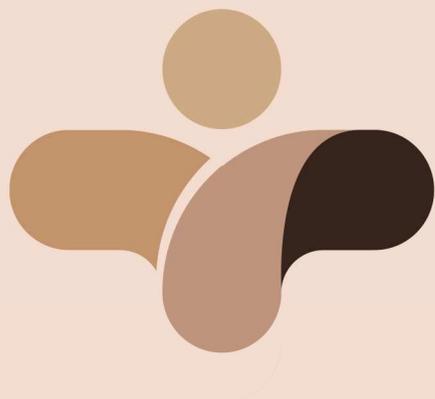
Documento completo
(Novembro de 2018)

Movimento

REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA, MENOS DESIGUALDADE, MAIS BRASIL

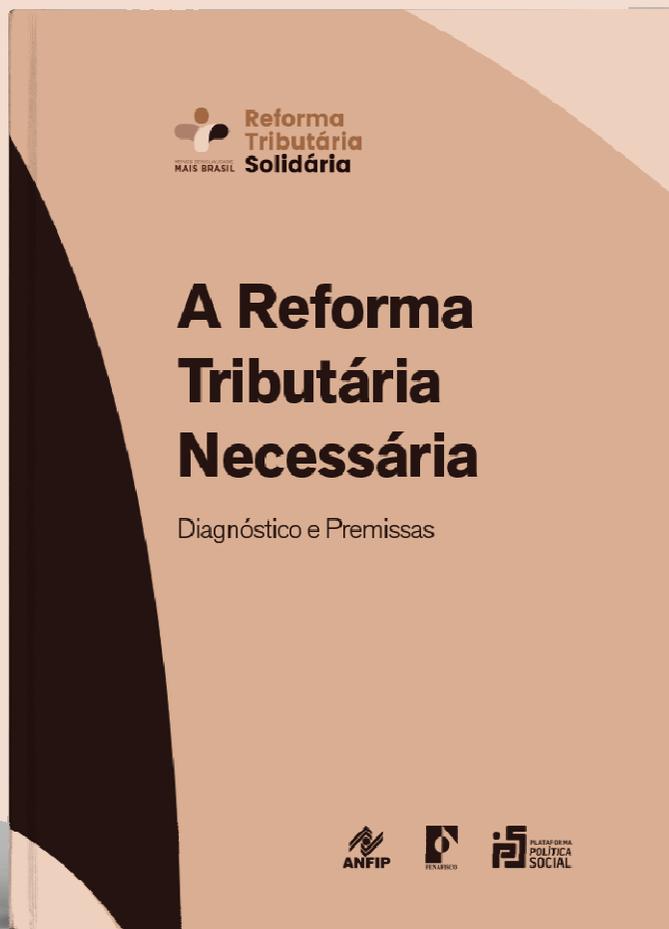


Iniciado em meados de 2017
Reúne mais de quarenta especialistas



MENOS DESIGUALDADE,
MAIS BRASIL

- ***A Reforma Tributária Necessária***
Diagnóstico e Premissas / Junho de 2018
- ***A Reforma Tributária Necessária***
A justiça fiscal é possível: subsídios para o debate democrático sobre o novo desenho da tributação brasileira / Outubro de 2018.



39 artigos

42 especialistas

804 páginas

O que diferencia a nossa proposta das outras em debate



Propostas de “simplificação” do sistema:

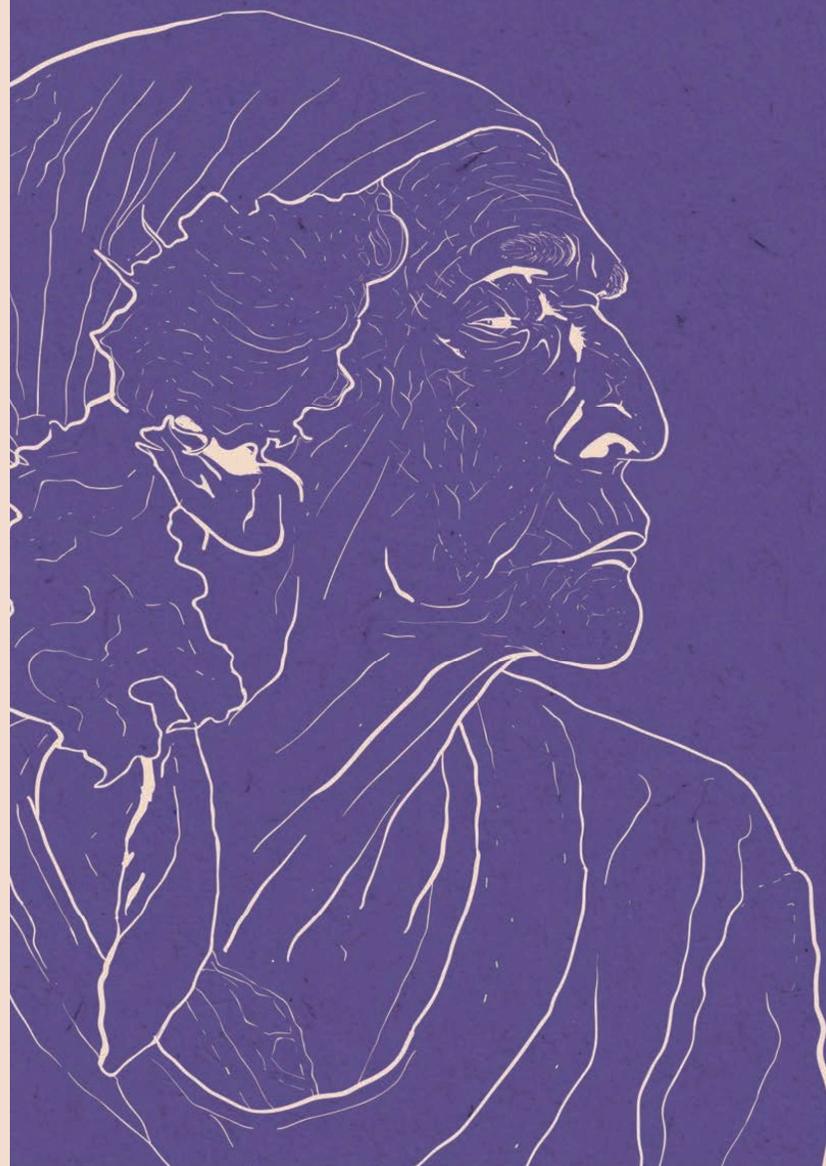
- Não enfrentam a injustiça fiscal.
- Podem inviabilizar o Estado Social

Pressupostos da Reforma Tributária Solidária

- Contempla a “simplificação”
- A **desigualdade** é o principal limitador da eficiência econômica (FMI, CEPAL, OXFAM)
- É preciso **ampliar a progressividade da tributação**
- É preciso **preservar o Estado Social**, que se constitui no principal mecanismo de redução da desigualdade de Renda no Brasil (CEPAL)
- É, portanto, necessário que a reforma tributária **seja ampla, contemplando a totalidade das suas anomalias.**

Premissas

- 1** A reforma do sistema tributário nacional deve ser pensada na perspectiva do **desenvolvimento econômico e social** do país.



DISTRIBUIÇÃO DA RENDA POR DÉCIMOS

BRASIL

PNAD Contínua 2016 / R\$ médios de 2016



DÉCIMOS DE RENDA	RENDIMENTO DOMICILIAR MÉDIO (EM SM)	RENDIMENTO DOMICILIAR MÉDIO	RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIO
1	0,57	504	99
2	1,35	1.184	259
3	1,83	1.611	385
4	2,34	2.061	513
5	2,87	2.522	664
6	2,95	2.595	841
7	3,92	3.450	1.024
8	4,85	4.266	1.340
9	6,64	5.840	1.923
10	15,43	13.576	4.967

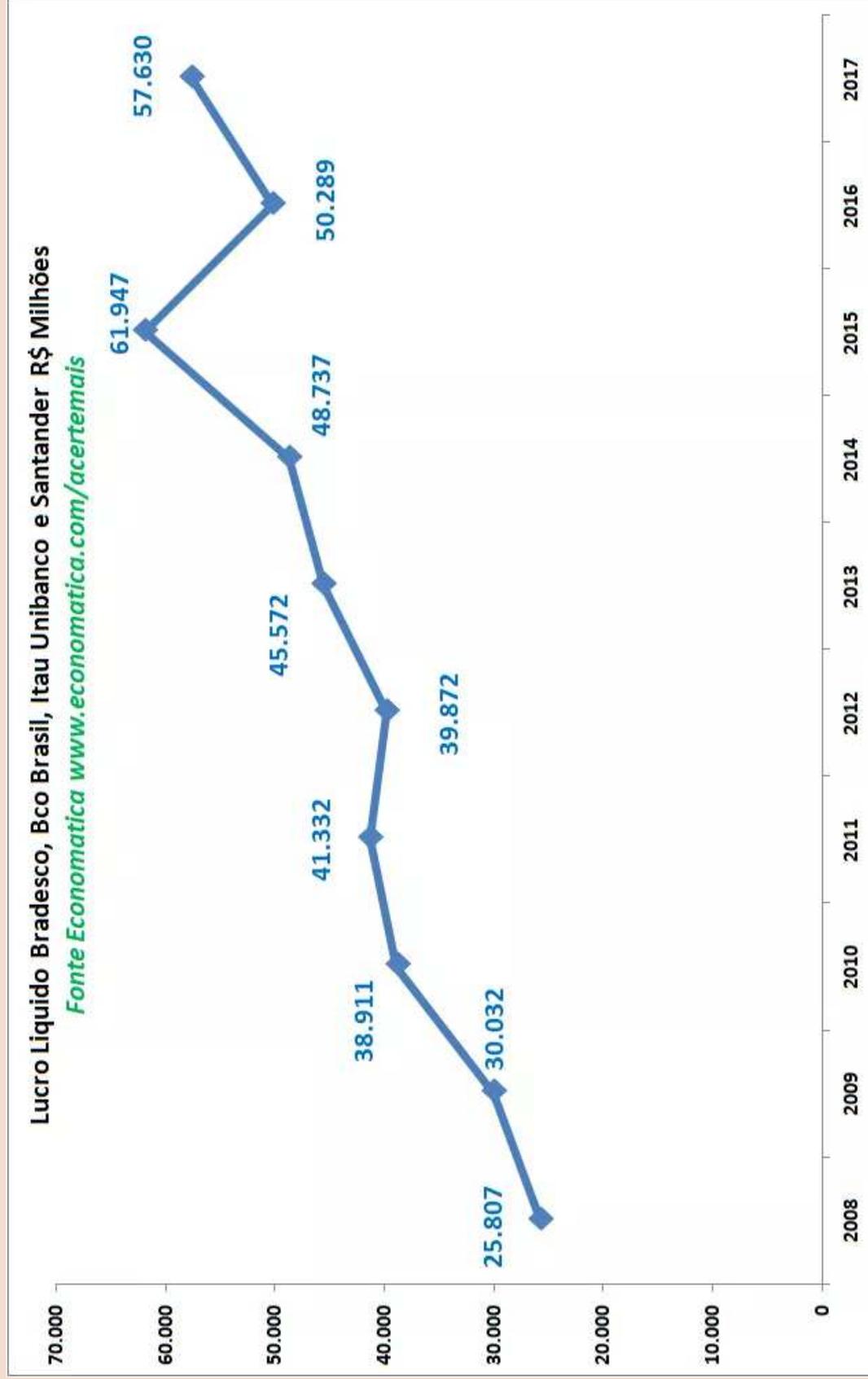
Lista dos maiores salários no Brasil - 2018



EMPRESA	REMUNERAÇÃO MENSAL (R\$)
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	3.409.833,33
CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIAS DE VIAGEM S.A.	2.715.157,50
SANTANDER	2.498.795,76
KROTON	2.122.939,28
BR MALL	1.905.957,77
LOJAS AMERICANAS	1.592.143,92
VALE	1.587.180,71
BRADESCO	1.329.375,00
OI S.A.	1.292.872,92
VIA VAREJO	1.210.354,53
LOCALIZA	1.227.888,04
AMBEV	1.172.092,83
BRASKEM S.A.	1.092.982,00

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários - CVM

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/saiba-quanto-ganham-os-presidentes-de-empresas-como-itau-vale-e-bradesco.shtml>



IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA (IRPF)

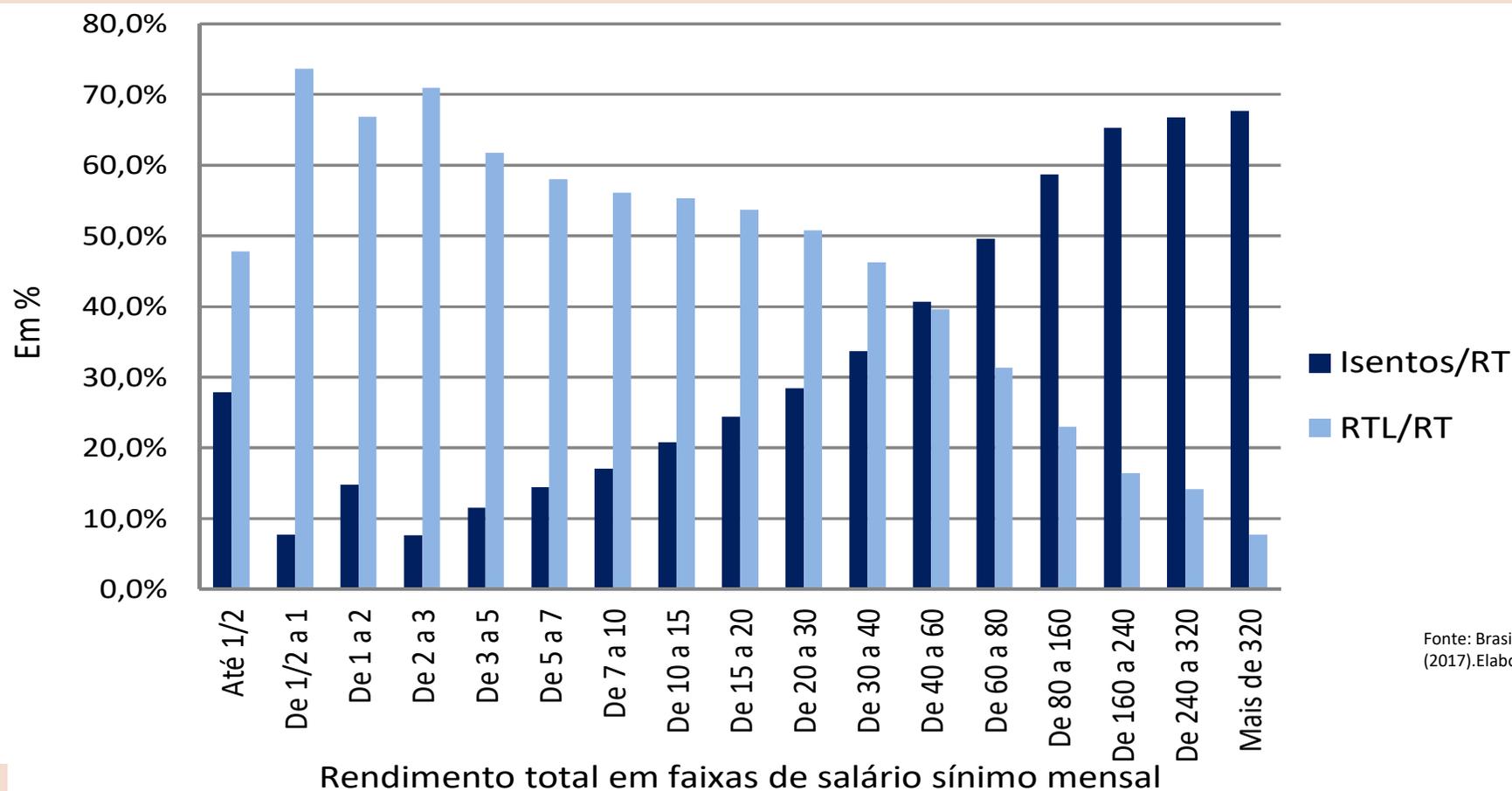
EM % DA RENDA ISENTA E NÃO TRIBUTÁVEL (ISENTOS) NA RENDA TOTAL DECLARADA (RT) EM

% DA RENDA TRIBUTATÁRIA LÍQUIDA (RTL) NA RENDA TOTAL DECLARADA (RT)

POR FAIXAS DE RENDIMENTOS TOTAIS EM SALÁRIOS MÍNIMOS MENSAIS

BRASIL

2016



Fonte: Brasil / RFB
(2017).Elaborado pelos autores

DESIGUALDADE DE RENDA



O Brasil é o nono país mais desigual do mundo dentre 189 países (PNDU, 2018)

O IBGE calcula que os rendimentos mensais médios do 1% mais rico representam 36,3 vezes mais que aqueles dos 50% mais pobres. Considerando os dados das declarações de IRPF, tal razão seria de 72 vezes (Oxfam, 2018).

MUITO ALÉM DA DESIGUALDADE DA RENDA

DESIGUALDADES NO ACESSO A BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DESIGUALDADE NO ACESSO À SEGURANÇA

DESIGUALDADE NO ACESSO À JUSTIÇA

DESIGUALDADE NO ACESSO À CIDADE

DESIGUALDADE NO ACESSO A PROPRIEDADE RURAL

DESIGUALDADES DE GÊNERO

As mulheres ganhavam cerca de 72% do que ganhavam homens em 2016 (Oxfam, 2018).

No topo da distribuição, homens tiveram quase 19% de aumento em seus rendimentos entre 2016 e 2017, enquanto mulheres viram seus rendimentos médios aumentarem numa proporção bem inferior a essa, ou seja, 3,4%. (Oxfam, 2018).

DESIGUALDADE RACIAL



- Em 2016, negros ganhavam R\$ 1.458,16 em média, **o que corresponde a 57% dos rendimentos médios de brancos**, equivalentes naquele ano a R\$ 2.567,81. (OXFAM, 2018).
- **A média geral da renda da metade mais pobre da população era de R\$ 749,31 em 2016, sendo que brancos pobres ganhavam em média R\$ 882,23 e negros pobres R\$ 634,66. (OXFAM, 2018).**
- Da mesma forma, entre os 10% mais ricos, brancos ganhavam R\$ 11.026,36 mensais em 2016 enquanto negros ganhavam R\$ 5.384,0073, ou seja, **menos da metade (ou cerca de 49% dos rendimentos daqueles).** (OXFAM, 2018).
- **Mais de 70% das pessoas vivendo em extrema pobreza no país são negros.**
- Entre 2003 e 2013, o assassinato de **mulheres brancas caiu 10%**; no mesmo período o assassinato de **mulheres negras subiu 54%** (ONU).
- Em média, dez adolescentes são assassinados por dia. **Morrem proporcionalmente sete negros para cada branco** (O Mapa da Violência no Brasil em 2014).
- O desemprego da mulher negra (15,9%) **é o dobro do observado em relação ao homem branco (8,5%)** (PNAD, 2017)
- O rendimento médio da mulher negra **é cerca de um terço do rendimento médio do homem branco** (PNAD, 2017)

DESIGUALDADES NO MERCADO DE TRABALHO

- Como aumentar a produtividade da economia, se o desemprego é de 13% e a taxa de subutilização da força de trabalho (que agrega os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial) foi de 24,6% (27,6 milhões de pessoas)? (PNAD Contínua)

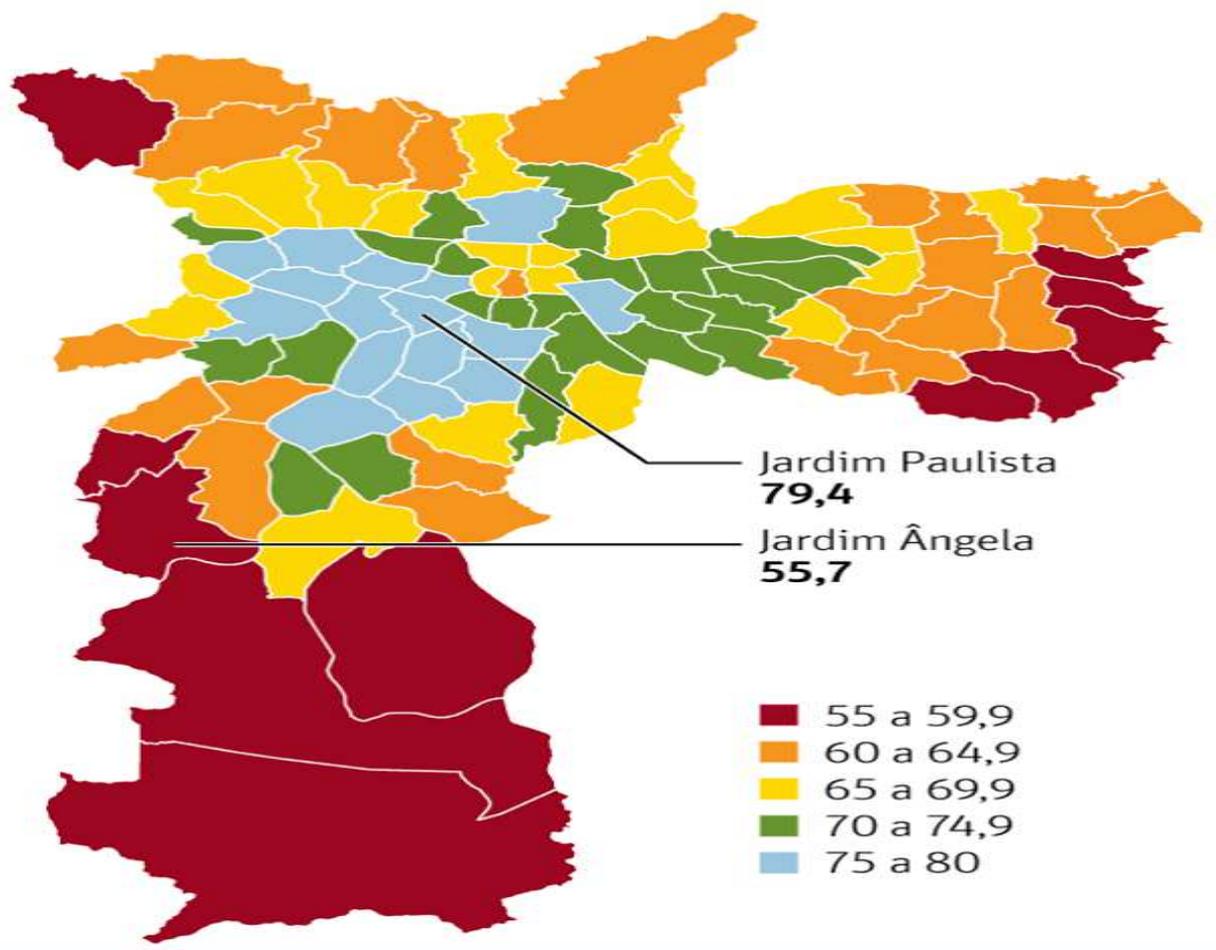
DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA A JUVENTUDE.

- O desemprego entre os jovens (entre 18 e 24 anos) é superior ao dobro da taxa geral, chegando a 26,5%? (IBGE).
- Seis em cada dez crianças e adolescentes vivem em situação de pobreza (32 milhões de jovens com menos de 18 anos) (UNICEF, 2018)
- 49,7% de todas as crianças e adolescentes brasileiros (cerca de 27 milhões de jovens) enfrentam ao menos um tipo de privação de seis direitos básicos analisados pelo estudo (moradia, água, educação, saneamento, informação e proteção contra o trabalho infantil) (UNICEF 2018)

Além de desiguais, somos heterogêneos

- O rendimento médio dos 50% mais pobres no Distrito Federal (R\$ 1.059,00) é mais de três vezes superior ao rendimento dos 50% mais pobres do Piauí (R\$ 341,00).
- A renda média dos 10% mais ricos em São Paulo (R\$ 12.816,00) é quase três vezes a renda média dos 10% mais ricos no Maranhão (R\$ 4.669,00)

MÉDIA DE IDADE AO MORRER Por local de residência



O Brasil é uma das sociedades mais desiguais do mundo:

A história econômica revela que o desenvolvimento não é decorrência espontânea do crescimento

A experiência internacional revela que a tributação progressiva e o Estado Social são peças fundamentais para o desenvolvimento:

Capitalismo requer consumidor

Premissas

2 A reforma do sistema tributário nacional deve estar adequada ao **propósito de fortalecer o Estado de bem-estar social** em função do seu potencial como **instrumento de redução das desigualdades sociais** e promotor do desenvolvimento nacional.



2 fortalecer o Estado de bem-estar social

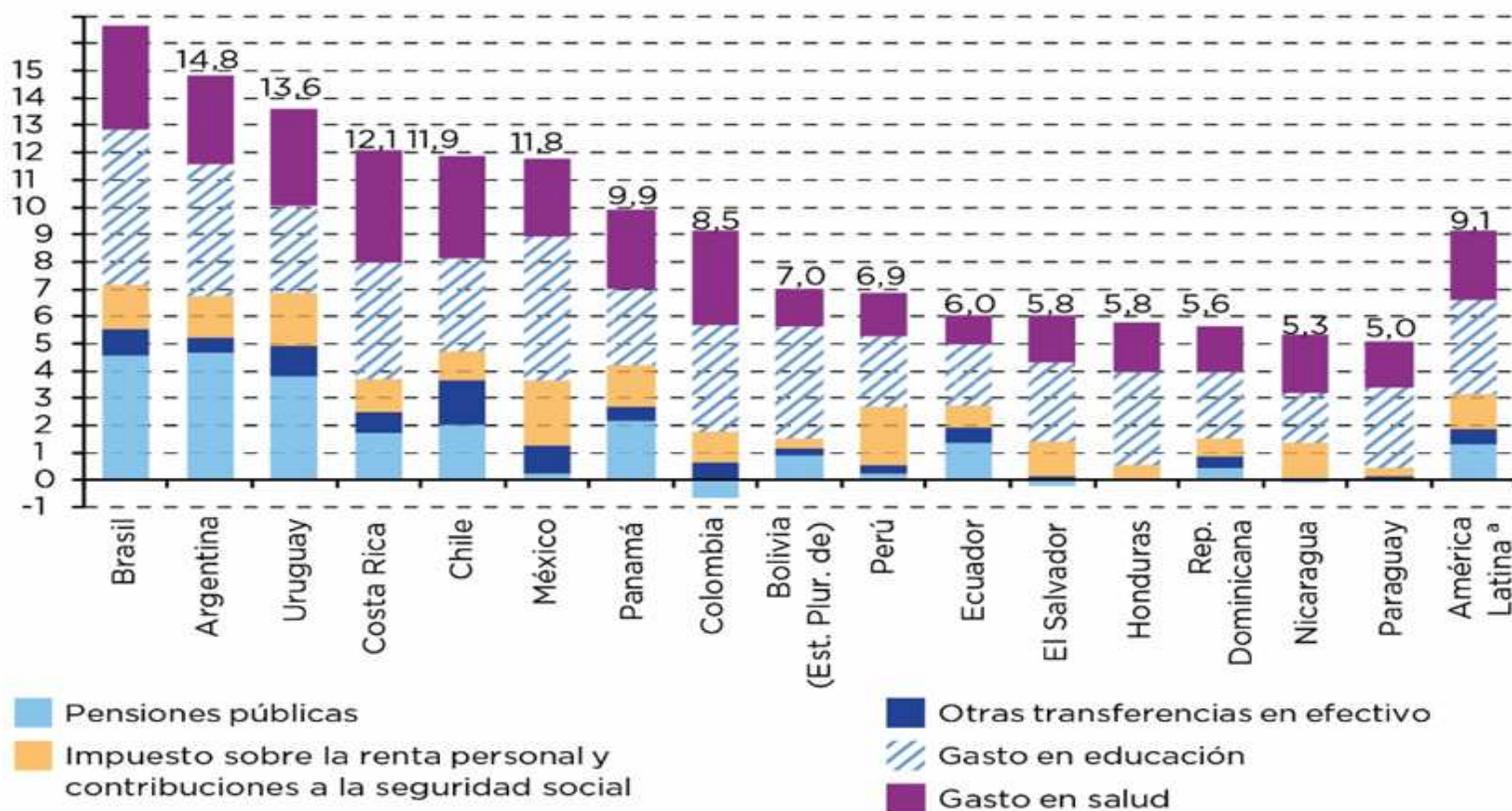
REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SEGUNDO INSTRUMENTOS DE POLÍTICA FISCAL

EM PONTOS PERCENTUAIS DO COEFICIENTE DE GINI

AMÉRICA LATINA (16 PAÍSES)

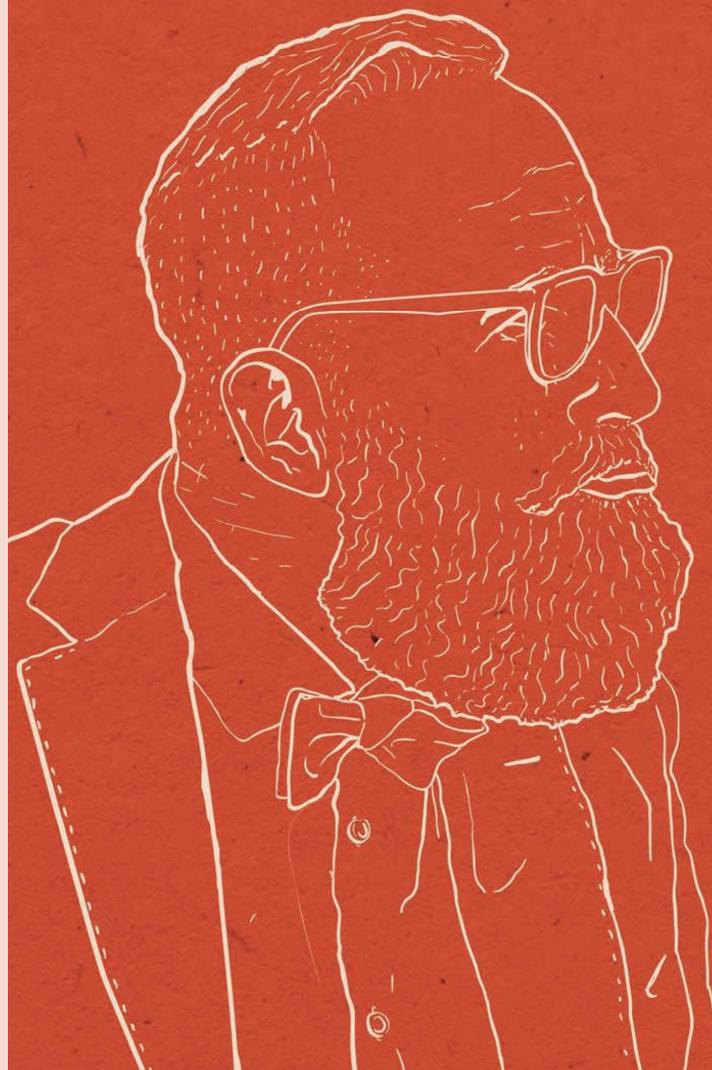
EM TORNO DE 2011

FONTE: CEPAL (2015:95)



Premissas

- 3 A reforma do sistema deve avançar no sentido de promover a sua progressividade pela **ampliação da tributação da renda e do patrimônio**



PAÍSES	RENDA	PATRIMÔNIO	CONSUMO	OUTROS	TOTAL	CARGA TRIBUTÁRIA (% PIB)
Alemanha	31,2	2,9	27,8	38,1	100,0	37,1
Bélgica	35,7	7,8	23,8	32,7	100,0	44,8
Chile	36,4	4,4	54,1	5,1	100,0	20,5
Coreia do Sul	30,3	12,4	28,0	29,3	100,0	25,2
Dinamarca	63,1	4,1	31,6	1,2	100,0	45,9
Espanha	28,3	7,7	29,7	34,3	100,0	33,8
Estados Unidos	49,1	10,3	17,0	23,6	100,0	26,2
França	23,5	9,0	24,3	43,2	100,0	45,2
Holanda	27,7	3,8	29,6	38,9	100,0	37,4
Irlanda	43,0	6,4	32,6	18,0	100,0	23,1
Itália	31,8	6,5	27,3	34,4	100,0	43,3
Japão	31,2	8,2	21,0	39,6	100,0	30,7
Noruega	39,4	2,9	30,4	27,3	100,0	38,3
Portugal	30,2	3,7	38,4	27,7	100,0	34,6
Reino Unido	35,3	12,6	32,9	19,2	100,0	32,5
Suécia	35,9	2,4	28,1	33,6	100,0	43,3
Turquia	20,3	4,9	44,3	30,5	100,0	25,1
MÉDIA OCDE	34,1	5,5	32,4	28,0	100,0	34,0
BRASIL (1)	21,0	4,4	49,7	24,9	100,0	32,6

COMPOSIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA, POR TIPO DE IMPOSTOS EM % / OCDE E BRASIL/ 2015

(OLIVEIRA, 2018)
Fontes: OCDE: Revenue Statistics Comparative Tables. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros. Carga Tributária de 2015.
Nota: (1) inclui receita da CSLL

Tributos Diretos

Tributos Indiretos

Oxfam, 2018

20% mais ricos



40% mais pobres

**EVOLUÇÃO
DAS ALÍQUOTAS
DO IMPOSTO
DE RENDA DA
PESSOA FÍSICA
EM %
PAÍSES
SELECIONADOS
2003-2015**

(OLIVEIRA, 2018) Fontes: OCDE: Revenue Statistics Comparative Tables. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros. Carga Tributária de 2015. Nota: (1) inclui receita da CSLL

PAÍSES	ALÍQUOTAS-TETO IRPF
Alemanha	45,0
Bélgica	50,0
Dinamarca	53,4
Estados Unidos	39,6
Espanha	47,0
França	45,0
Holanda	52,0
Itália	43,0
Japão	50,8
Noruega	47,2
Portugal	48,0
Suécia	57,0
Reino Unido	45,0
Argentina	35,0
Brasil	27,5
Chile	40,0
China	45,0
Colômbia	33,0
Índia	34,0
México	35,0
MÉDIA OCDE	41,0

3 ampliação da tributação direta

Tributação da **renda da pessoa física**

Tributação da **renda da pessoa jurídica**

Tributação **internacional** para combater a evasão, elisão e os paraísos fiscais

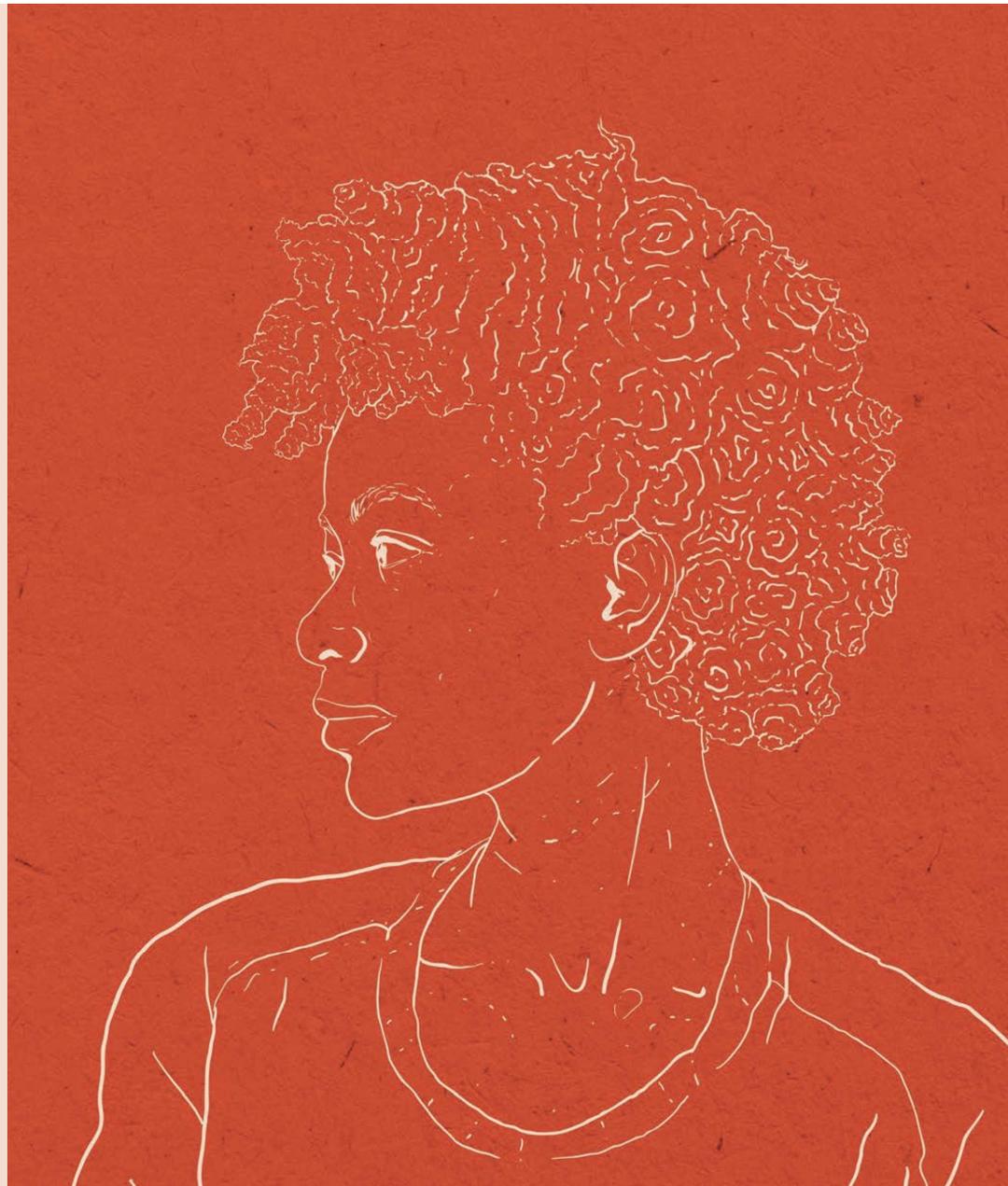
Tributação das **transações financeiras**

Tributação sobre a **propriedade e a riqueza**

- Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
- Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)
- Imposto Sobre Propriedade de Veículos (IPVA)
- Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)
- Imposto Sobre Herança
- Imposto sobre Grandes Fortunas.

Premissas

- 4** A reforma do sistema tributário nacional deve avançar no sentido de promover a sua progressividade pela **redução da tributação sobre bens e serviços e sobre a folha de pagamentos.**



Premissas

- 5** A reforma do sistema tributário nacional deve **restabelecer as bases do equilíbrio federativo.**



Premissas

6 A reforma do sistema tributário nacional deve **considerar a tributação ambiental.**



Premissas

- 7** A reforma do sistema tributário nacional deve **aperfeiçoar a tributação sobre o comércio internacional.**



Premissas

8

A reforma do sistema tributário nacional deve **fomentar ações que resultem no aumento das receitas, sem aumentar a carga tributária.**



A Reforma Tributária Necessária

Justiça fiscal é possível: subsídios
para o debate democrático sobre
o novo desenho da tributação brasileira

Documento-síntese

Documento-síntese
(outubro de 2018)

Documento completo
(Novembro de 2018)

Exercício de redistribuição das bases de incidência da tributação

- **Aumentar as receitas da tributação sobre a renda, o patrimônio e as transações financeiras**
- **Reduzir as receitas da tributação sobre bens e serviços e sobre a folha de pagamentos.**
- **Preservar o Estado Social de 1988**
- **Reforçar o Federalismo**
- **Aproximar a tributação brasileira da média dos países da OCDE**



RESULTADO

O estudo demonstra que é tecnicamente factível que o Brasil tenha um sistema tributário **mais justo** e alinhado **com a experiência dos países mais igualitários**, preservando o **equilíbrio federativo** e as fontes de financiamento do **Estado Social** inaugurado pela Constituição de 1988.



É possível ampliar a justiça fiscal pela:

- Elevação de R\$ 253,7 bilhões das receitas da tributação sobre a renda e redução de R\$ 231,7 bilhões da receita da tributação sobre bens e serviços;
- Elevação de R\$ 73,0 bilhões da tributação sobre o patrimônio e redução de R\$ 78,7 bilhões da tributação sobre a folha de pagamentos.



AUMENTO DA PROGRESSIVIDADE PELA MUDANÇA DA BASE DE INCIDÊNCIA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
 EM R\$ MILHÕES
 VALORES DE 2015 E ESTIMATIVAS



BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
Renda	352.305,41	606.084,14	253.778,73
Patrimônio	85.696,86	158.699,55	73.002,69
Transações Financeiras	34.686,30	65.380,84	30.694,54
TOTAL	472.688,57	830.164,53	357.475,96
Bens e Serviços	957.923,80	726.126,34	-231.797,46
Folha de Salários	482.003,11	403.263,25	-78.739,86
TOTAL	1.439.926,91	1.129.389,59	-310.537,32
Outros	15.567,38	15.567,38	0
TOTAL	1.912.615,48	1.959.554,12	46.938,64

NOVA TABELA DE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS DO IRPF



FAIXA DE SALÁRIO-MÍNIMO MENSAL	ALÍQUOTA (%)
Até 4	0%
Mais de 4 a 7	7,5%
Mais de 7 a 10	15,0%
Mais de 10 a 15	22,5%
Mais de 15 a 40	27,5%
Mais de 40 a 60	35,0%
Mais de 60	40,0%

- 38,55% dos declarantes ficariam **isentos** do IRPF;
- 48,70% **seriam desonerados**;
- 10,02% manteriam a alíquota atual.
- 2,73% dos declarantes, (cerca de 750 mil contribuintes) **seriam mais tributados**

Acréscimo de R\$ 158 bilhões (dos R\$ 254 bilhões de acréscimo da tributação sobre a renda pessoa física e jurídica);

ARRECAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
 EM R\$ MILHÕES E EM % DO PIB
 VALORES DE 2015



TRIBUTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS (IGF)	-	37.193,97	37.193,97
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)	1.104,97	19.093,90	17.988,93
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÕES (ITCMD)	6.468,65	15.002,96	8.534,31
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA)	36.257,11	37.307,11	1.050,00
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU)	30.759,50	38.994,97	8.235,47
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI)	11.106,63	11.106,63	-
TOTAL	85.696,86	158.699,55	73.002,69

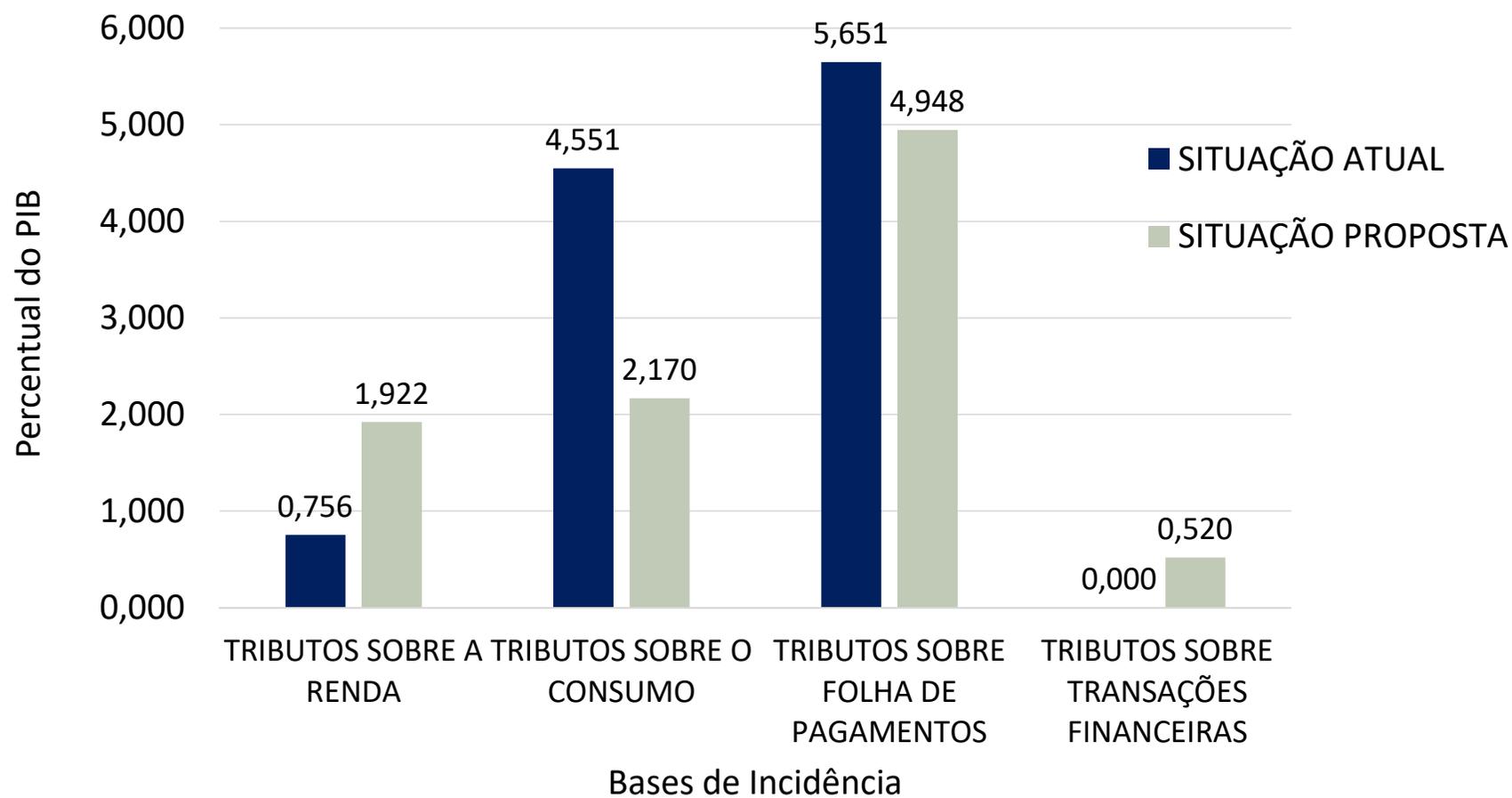
REDUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO INDIRETA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
EM R\$ MILHÕES E EM % DO PIB
VALORES DE 2015 E ESTIMADOS

TRIBUTOS	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
TRIBUTOS SOBRE BENS E SERVIÇOS	957.923,80	726.126,34	- 231.797,46
TRIBUTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTOS	482.003,11	403.263,25	- 78.739,86
TOTAL	1.439.926,91	1.129.389,59	- 310.537,32

FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

EM % DO PIB

VALORES DE 2015 E ESTIMADOS



EQUILÍBRIO FEDERATIVO SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
EM % DO PIB VALORES DE 2015 E ESTIMADOS



ENTE	SITUAÇÃO ATUAL			PROPOSTA			DIFERENÇA		
	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS
% PIB	18,83	8,22	5,61	18,74	8,80	5,91	-0,09	0,58	0,30

INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB, CONSIDERANDO-SE O IPVA COMO TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE O CONSUMO

COMPARATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL, SITUAÇÃO PROPOSTA E MÉDIA DA OCDE
VALORES DE 2015 E % DO PIB



Reforma
Tributária
Solidária

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	OCDE
	% PIB	% PIB	% PIB
RENDA	5,97	10,27	11,50
PATRIMÔNIO	0,84	2,06	1,90
CONSUMO	16,84	12,93	10,90
OUTROS	9,02	8,20	9,70
TOTAL	32,66	33,46	34,00

INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DA CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA
COMPARATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL, SITUAÇÃO PROPOSTA E MÉDIA DA OCDE
VALORES DE 2015

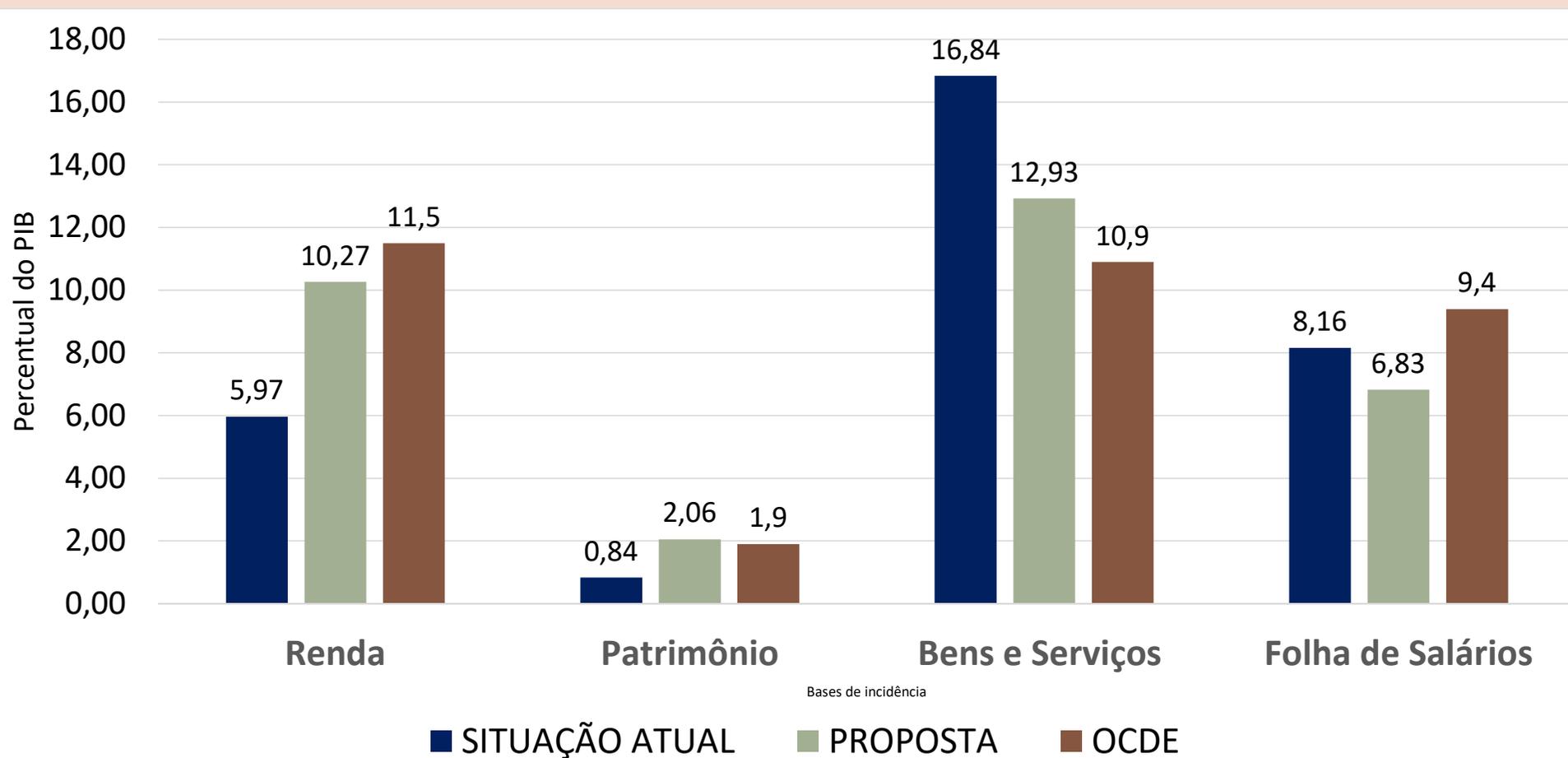
BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	OCDE
	% CTB	% CTB	% CTB
RENDA	18,27	30,69	34,10
PATRIMÔNIO (1)	4,44	8,03	5,80
CONSUMO	49,68	36,76	32,40
OUTROS	27,60	24,52	27,70
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Nota (1) considerou-se o IPVA como tributo que incide sobre o patrimônio.

INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB

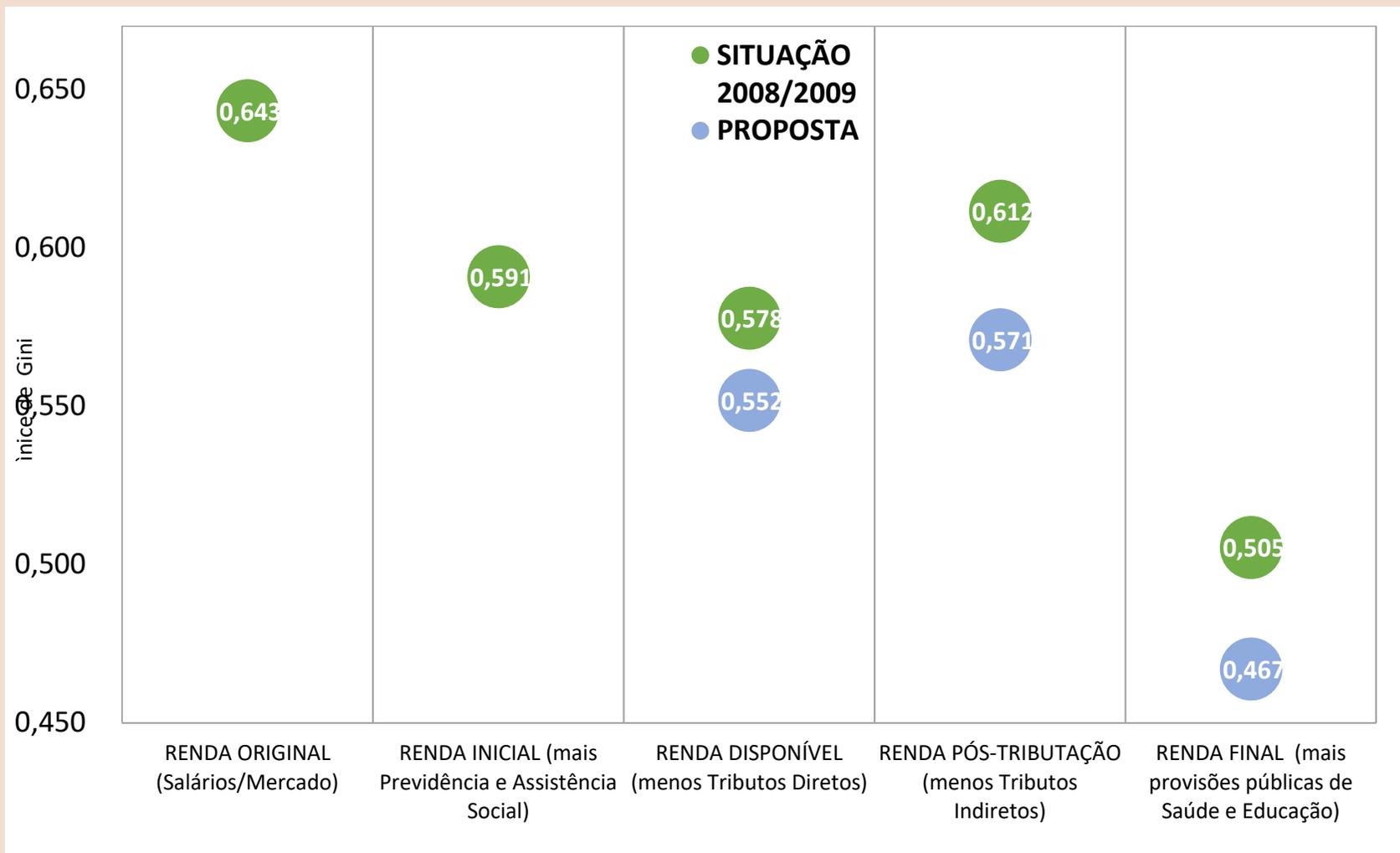
Comparativo da situação atual, situação proposta e média da OCDE

Valores de 2015



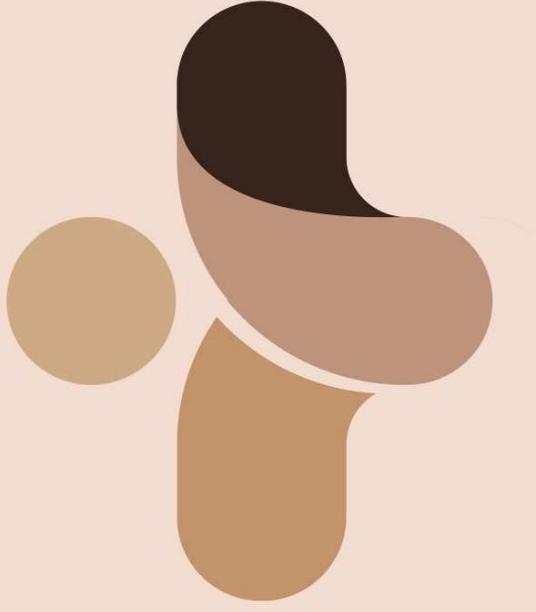
COMPORTAMENTO DO ÍNDICE DE GINI DECORRENTE DAS TRANSFERÊNCIAS MONETÁRIAS PÚBLICAS, DA TRIBUTAÇÃO DIRETA, DA TRIBUTAÇÃO INDIRETA E DA PROVISÃO PÚBLICA

SITUAÇÃO 2008-09 E SITUAÇÃO PROPOSTA



NOVOS RUMOS DO DEBATE SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA

Em última instância este estudo se propõe a abrir novas frentes para o **debate democrático** sobre o tema



MENOS DESIGUALDADE,
MAIS BRASIL

